



Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	5.909	Valores em Trânsito Exigíveis	-
Recursos a Rec. p/ Pagto. RP	1.967	Outras Obrigações a Pagar	-
Créditos a Receber	-	Recursos a Lib. p/Pagto. RP	-
Valores em Trânsito Realizáveis	-	Valores Diferidos	-
Valores Diferidos	-	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.463
TOTAL	7.877	TOTAL	7.877
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)	-		2.463
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)	-		-

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				R\$ Milhares Empenhos Cancelados e Não Inscritos Por
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ	28	3.404	619	2.463	-
TOTAL	28	3.404	619	2.463	-

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	2.463
---	-------

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				Empenhos Cancelados e Não Inscritos Por
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
0100-Recursos Ordinários	28	3.035	619	2.111	-
0127-Custas e Emolumentos Poder Judiciário	-	-	-	294	-
0150-Rec. Não Financ. Diret. Arrecadados	-	-	-	-	-
0151-Contr. Sociais/Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-
0153-Contr. P/Financ. da Seg. Social	-	-	-	-	-
0156-Contrib. Plano Seguridade Social Servidor	-	370	-	59	-
0169-Contr. Patronal p/ Plano Seg. Social Serv.	-	-	-	-	-
0174-Taxas pelo Exerc. do Poder de Polícia	-	-	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-
0350-Rec. Não Financ. Diret. Arrec. -Exerc. Anter.	-	-	-	-	-
TOTAL	28	3.404	619	2.463	-

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

LRf, art. 48 - Anexo VII	VALOR	R\$ Milhares % SOBRE A RCL
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	90.199	0,020631
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	201.164	0,046012
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	191.104	0,043711

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ Milhares
		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respetivos	2.463	2.463

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE

FRANCISCO LÚCIO MARQUES PIRES
 Secretário de Orçamento e Finanças
 Em exercício

FRANCISCO AURÉLIO DE ANDRADE TIMBÓ
 Secretário de Controle Interno

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
 Diretor-Geral

Des. ADEMAR MENDES BEZERRA
 Presidente do Tribunal
 Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 23, DE 25 DE JANEIRO DE 2010

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de janeiro de 2009 a dezembro/2009, na forma do anexo a presente Portaria.
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. EVANDRO STÁBILE

ANEXO I
 UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.842	-
Pessoal Ativo	50.612	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.230	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, §1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	10.933	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.918	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.015	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL - (III)=(I - II)	47.909	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(IIIa+IIIb)		47.909

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V) ¹	437.199.421
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100	0,010958
LIMITE MÁXIMO (art. 20, incisos I, II e III da LRF) - %	80.602
	0,018436
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único da LRF) - %	76.575
	0,017515

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 34, de 19/01/2010.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANEXO II
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Milhares	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		47.909	0,010958
Limite Máximo (art. 20, incisos I, II e III da LRF)		80.602	0,018436
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único da LRF)		76.575	0,017515

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

R\$ Milhares		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.693	3.714

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

ANEXO III
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")				R\$ Milhares	
ATIVO		VALOR	PASSIVO		VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		4.160	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		446
Caixa			- Depósitos		219
Bancos		78	- Restos a Pagar Processados		227
Conta Movimento		78	- Do Exercício		120
Contas Vinculadas		-	- De Exercícios Anteriores		108
Aplicações Financeiras		-	- RP Não-processado de Exerc. Anter.		-
Outras Disponibilidades Financeiras		4.082	- Outras Obrigações Financeiras		-
Limite de Saque com Vinculação Pagto.		1.797	- Valores em Trânsito Exigíveis		-
Recursos a Rec. p/ Pagto. RP		2.284	- Outras Obrigações a Pagar		-
Créditos a Receber		-	- Recursos a Lib. p/ Pagto. RP		-
Valores em Trânsito Realizáveis		-	- Valores Diferidos		-
Valores Diferidos		-	- Depósitos Exigíveis Longo Prazo		-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)			SUFICIÊNCIA ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		3.714
TOTAL		4.160	TOTAL		4.160
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			SUFICIÊNCIA APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)		20
					3.693

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

ANEXO IV
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "b")						R\$ Milhares	
ORGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira		
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
TRIBUNAL REG. ELEITORAL DE MATO GROSSO	108	120	-	3.693	-	-	
TOTAL	108	120	-	3.693	-	-	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	3.714
--	--------------

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0100 - Recursos Ordinários	91	120	-	2.146	-	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	118	-	-
0150 - Rec. Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	896	-	-

0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição p/ Financ. da Seguridade Social	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	17	-	-	533	-
0350 - Rec. Não-Financeiros Diret. Arrec. - Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL	108	120	-	3.693	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Des. EVANDRO STÁBILE
Presidente do Tribunal

LUCYMAR KIYOMI ONO
Diretora-Geral

MARA LÚCIA CHEPP
Secretária de Administração e Orçamento
Substituta

DENIZE APARECIDA DE SOUZA MELLO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Publicar o Relatório do Terceiro Quadrimestre de Gestão Fiscal do exercício de 2009, desta Corte, constituído de quatro anexos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. NILO LUIZ RAMALHO VIEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.659	-
Pessoal Ativo	68.135	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	68.135	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.524	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.010	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.857	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.154	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	64.649	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	64.649	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	437.199.421
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,014787
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,022319	97.579
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,021203	92.699

FONTE: SIAFI2009, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.